

em defesa da pesquisa

Saúde Mental *na e da* Militância: uma revisão de literatura

Salud Mental *en y desde* la Militancia: una revisión de la literatura

Mental Health *in and from* Militancy: a literature review

Luíza Guimarães Vasconcelos¹

¹ Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: luhg.vasconcelos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8792-0759>.

Marina Thuane Melo da Silva²

² Universidade de Brasília, Departamento de Psicologia Clínica/Programa de Psicologia Clínica e Cultura, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: marina_thuane@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7070-0323>.

Pedro Henrique Antunes da Costa³

³ Universidade de Brasília, Departamento de Psicologia Clínica/Programa de Psicologia Clínica e Cultura, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: phantunes.costa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2404-8888>.

Submetido em 22/10/2023

Aceito em 19/12/2023

Pré-Publicação em 27/05/2024

Como citar este trabalho

VASCONCELOS, Luíza Guimarães; SILVA, Marina Thuane Melo da; COSTA, Pedro Henrique Antunes da. Saúde Mental *na e da* Militância: uma revisão de literatura. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, Pré-publicação, p. 1-33, 2024.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | Pré-Publicação | 2024 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Saúde Mental *na e da* Militância: uma revisão de literatura

Resumo

Na presente revisão narrativa, analisamos como a academia concebe e aborda a saúde mental na e da militância, constatando contradições, desafios e potencialidades. Mesmo sendo algo incipiente e recente, encontramos trabalhos sobre saúde mental de militantes de partidos, sindicatos e movimentos sociais e populares diversos. Apesar dos limites, contradições e atravessada pelo sofrimento psíquico, a militância, ao ser constituída pela coletivização, pelo fortalecimento de vínculos políticos de cunho humanizador e emancipatório, se mostra um espaço, um processo, não só relevante, mas necessário em termos de produção de uma saúde mental mais humanizada, mais fortalecida, seja dos militantes, seja da sociedade como um todo, resultado de suas lutas.

Palavras-chave

Saúde mental. Sofrimento psíquico. Militância. Lutas sociais. Movimentos sociais.

Resumen

En esta revisión narrativa analizamos cómo la academia concibe y aborda la salud mental en y desde el activismo, observando contradicciones, desafíos y potencialidades. Si bien es incipiente y reciente, encontramos trabajos sobre salud mental de activistas de partidos, sindicatos y diversos movimientos sociales y populares. A pesar de los límites, las contradicciones y atravesada por el sufrimiento psíquico, la militancia se constituye por la colectivización, por el fortalecimiento de vínculos políticos de carácter humanizador y emancipador, se revelando como un espacio, un proceso, no sólo relevante, sino necesario en términos de producción de una salud mental más humanizada y fuerte, sea para los militantes, sea para la sociedad en su conjunto, como resultado de sus luchas.

Palabras-clave

Salud mental. Sufrimiento psíquico. Militancia. Luchas sociales. Movimientos sociales.

Abstract

In this narrative review, we analyze how academia conceives and approaches mental health in and from activism, noting contradictions, challenges, and potentialities. Even though it is incipient and recent, we find work on and of the mental health of activists from parties, unions, and various social and popular movements. Despite the limits, contradictions and crossed by psychic suffering, when constituted by collectivization, by the strengthening of political bonds of a humanizing and emancipatory nature, militancy proves to be a space, a process, not only relevant, but necessary in terms of production of a more humanized, stronger mental health, whether for the activists or for society as a whole, because of their fights.

Keywords

Mental health. Psychic suffering. Militancy. Social fights. Social movements.

Introdução

A saúde mental tem sido objeto de cada vez maior disputa, tanto no que concerne ao conceito em si - e o que ele expressa em termos de concepção de ser humano, mundo e sociedade, bem como as implicações concretas de tais concepções - quanto na abordagem a ela, nas práticas profissionais e até nas políticas. Contudo, não é incomum que, a despeito do ganho de relevância do tema, se fale bastante de saúde mental, mas não se reflita tanto quanto ao que ela significa, tomando-a como dada. Isto acontece até mesmo no campo acadêmico. Por exemplo, em revisão da literatura que analisou os conceitos de saúde mental em produções acadêmicas brasileiras publicadas em revista de alto fator de impacto, Alcântara, Vieira e Alves (2022), constataram a saúde mental

como um termo indefinido, já que alguns textos utilizaram a expressão saúde mental como se seu significado fosse presumido pela comunidade científica, sem ser necessário defini-la, confirmando também o pressuposto inicial de que a expressão é utilizada sem que sejam problematizados os discursos ou os paradigmas a ela associados (Alcântara; Vieira; Alves, 2022).

O ponto de partida deste trabalho está na compreensão do ser humano como produto e produtor de suas relações históricas com o mundo, com o outro e consigo. Perante essa realidade, é urgente compreender que os processos de produção de saúde mental são resultados dos modos de organização da sociedade e de seu contexto histórico, social, cultural, econômico e político. Nesse sentido, esses processos, por mais que singulares, afinal, dizem dos indivíduos e suas singularidades, expressam a(s) forma(s) como nós vivemos, nos produzimos e nos relacionamos enquanto sociedade, isto é, a totalidade social e suas particularidades, de modo que tal relação dialética entre o singular e o particular medeiam e concretizam a própria universalidade humana. Em nosso caso, trata-se, pois, de uma saúde mental contextualizada, histórica, social, pois de seres históricos sociais; a saúde mental no e do capitalismo em seu atual estágio de desenvolvimento (Costa, 2022).

De acordo com Ignacio Martín-Baró (2017), importante psicólogo salvadorenho, morto no contexto da guerra civil em El Salvador, a saúde mental é “um problema das relações sociais” (p. 255). Ao invés de uma mera “manifestação de um funcionamento individual interno”, é a “materialização em uma pessoa ou grupo do caráter humanizador ou alienante de uma trama de relações históricas” (Martín-Baró, 2017, p. 255). Ou seja, saúde mental é uma expressão de como nós nos produzimos, o que fazemos com o que é feito conosco. Remete, então, à produção de vida e como esta se dá e se manifesta não só objetiva, mas também

subjetivamente em termos, justamente, de saúde, de saúde mental. Portanto, apreender como a saúde mental é produzida, o que ela expressa, e suas implicações, requer uma análise sobre como esse ser se produz e também é forjado.

Diante da realidade brasileira que é múltipla, dinâmica e contraditória, é impossível iniciar um debate, sobretudo acerca de saúde mental e militância, sem refletir sobre as bases constitutivas da formação social brasileira. No Brasil, país situado na periferia da dinâmica capitalista, ao direcionar olhar a essa totalidade, nos deparamos com as contradições estruturais do próprio capitalismo somadas às particularidades da nossa condição escravocrata, colonial e dependente, que imprime como consequência necessária a violência. Não à toa, o supracitado Martín-Baró (2017), ao abordar a saúde mental em El Salvador, a circunscreve num contexto não só formal, mas histórico de guerra, algo que podemos e devemos nos atentar para a realidade brasileira - com as devidas mediações, afinal, apesar de constituídos por processos com muitas similaridades, Brasil e El Salvador não são o mesmo país. Ao direcionar o olhar à classe trabalhadora, sobretudo às maiorias populares mais pauperizadas, com condições de vida cada vez mais precárias, entende-se as facetas de um projeto histórico de violência, de genocídio, de modo que a saúde mental tende a expressar tal hegemonia (Costa; Mendes, 2020). É neste Brasil que a militância se organiza em busca de caminhos para sobreviver e produzir vida.

Esta realidade permeada por múltiplas violências e intensificação do sofrimento em decorrência delas, ao mesmo tempo em que tolhe as possibilidades de uma produção de vida mais humanizada, eclode também em denúncia por parte de inúmeras lutas. Ou seja, as mobilizações coletivas surgem como respostas às precariedades da vida, das opressões e exploração. Partidos, sindicatos e demais movimentos sociais e populares se colocam não apenas como instrumentos e partes da transformação da sociedade, mas também como catalisadores de estratégias para produção de saúde mental, a partir e com essa transformação societária.

Segundo Marx (2006, p. 28), ao falar do suicídio, ele “não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral”. Em consonância, concebemos a saúde mental também como um dos sintomas da luta social geral, recrudescendo a relevância de aprendermos como temos lutado e como a própria saúde mental já expressa tal luta, inclusive, sinalizando caminhos para ela. A militância e a saúde mental, sobretudo em uma de suas formas de manifestação, o sofrimento psíquico, a loucura, se aproximam, a partir do momento em que são não apenas *sintomas* de nossa sociabilidade, mas, sendo sintomas da luta, são também *oposições* a essa sociabilidade. Em diálogo com Costa (2022), que, por sua vez, parafraseia Marx e

o debate que faz sobre o caráter dialético da religião na Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel:

O MPC [Modo de Produção Capitalista] produz um sofrimento que o nega, que apresenta a si mesmo como oposição, sinalizando, nas suas variadas formas, a necessidade de sua crítica e transformação; uma incongruência entre a própria condição humana, do ser social, e a produção alienada e estranhada deste na sociabilidade capitalista. A loucura como expressão da miséria real e protesto contra a miséria real; o suspiro da criatura oprimida e o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estado de coisas embrutecido, alienado, desumanizado (Costa, 2022, pp. 21/22)

Nisto, fica a relevância de se abordar não só a saúde mental e a militância em separado, mas a saúde mental *na e da* militância. Contudo, por mais que relevante, tal empreitada nos acrescenta dificuldades, já que a militância também é plural, ou seja, existem diversas maneiras de se militar, variadas formas organizativas, não havendo consensos também na literatura (Montaño; Duriguetto, 2014). Sem a intenção de esgotar o debate, entendemos a militância enquanto forma organizada, coletiva, de luta. Indo desde formas mais tradicionais, como os sindicatos e partidos políticos, até outras que são frequentemente apontadas como “novas”, como os movimentos sociais, mas que possuem extenso lastro histórico ou, ao menos, as pautas defendidas - pelas quais se luta -, como, por exemplo, o feminismo, o antirracismo, a luta pela terra etc., já configuram formas de luta há bastante tempo.

A militância por estes meios implica a existência de organizações de caráter político, com relativo grau de formalidade e estabilidade, sendo conformadas por sujeitos que guardam relação direta com as questões que orientam o seu próprio enfrentamento. Em termos da tática e da estratégia, também são bastante plurais, podendo se orientar a transformações dentro da ordem, à transformação (e superação) da própria ordem capitalista, com inúmeros meios e formas (tática) para se chegar a tais objetivos (estratégia). Isto, por sua vez, também a diferencia das Organizações não Governamentais (OnGs), de demais mobilizações (genéricas), mormente de caráter individual (e individualizadas), que se esgotam em ações mais pontuais (Montaño; Duriguetto, 2014).

A partir do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar e apreender como a academia concebe e aborda a saúde mental *na e da* militância, de modo a constatar limitações, contradições e desafios, mas também os potenciais da militância no que se refere às estratégias de produção de saúde mental.

1 Método

Trata-se de uma revisão da literatura narrativa sobre saúde mental na e da militância. Esse tipo de revisão permite adquirir e atualizar conhecimento sobre o estado da arte acerca do tema (Rother, 2007). Por mais que tal modalidade de revisão não precise sistematizar e informar “as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos”, optamos pelo delineamento de um processo de busca com certa sistematicidade - apresentando a seguir -, de modo a nos permitir coadunar flexibilidade analítica e interpretativa com algum rigor oriundo do próprio processo.

Para isso, foram realizadas buscas com as palavras chaves “militância” e “militância” combinada com o operador booleano “AND” com “saúde mental”, “sofrimento”, “subjetividade”, “saúde” e “adoecimento” nas bases de dados: *PePSIC*, *BVS* (Biblioteca Virtual em Saúde), *SciELO*, Portal *CAPES* e *Google Acadêmico*. Após a primeira seleção e leitura completa dos artigos, foram também analisadas as referências bibliográficas dos textos selecionados inicialmente, a fim de garantir maior abrangência e robustez ao corpo analítico.

As seleções foram realizadas por duas avaliadoras, a partir da leitura do título e resumo dos artigos e posterior avaliação de um juiz, que ficou responsável por auxiliar nos artigos em que houve dúvida inicial quanto à sua inclusão. Os critérios de inclusão foram: pesquisas empíricas em português, espanhol ou inglês, que sejam referentes à realidade brasileira (independentemente da localidade de realização), tenham pertinência quanto à temática de saúde mental e militância e que estejam disponíveis integralmente na internet. Foram excluídos os textos que não atenderam a estes critérios, como, por exemplo: artigos teóricos, de revisão, que abordassem aspectos da militância, mas não tratassem especificamente da saúde mental, ou que fossem de outras realidades que não a brasileira.

Inicialmente, foram encontradas 2.874 publicações, das quais foram selecionados 27 estudos a partir da leitura do título e do resumo. Destes, três foram excluídos por não haver versão completa disponível para leitura na internet e outros 15 estudos foram excluídos por não abordarem especificamente saúde mental na e da militância, por mais que estudassem a dinâmica da militância - sem, necessariamente, se debruçarem sobre a saúde mental. Restaram, pois, nove trabalhos. Em três dos casos, que eram dissertações de mestrado, foram encontrados artigos oriundos delas, de modo que optamos pelos artigos. Por fim, atentando à possível desconsideração de trabalhos que preenchessem os critérios de inclusão, foi feita uma consulta com um especialista na temática, com

experiência acadêmica e militante. Ao ler os nove trabalhos, este detectou outro que preenchia os critérios, mas que não tinha aparecido no processo de busca, não tendo sido selecionado até então. Todo esse processo resultou em dez trabalhos acadêmicos, que compõem o corpo de análise da presente revisão.

Os trabalhos foram analisados, a partir dos objetivos supracitados, fundamentando-se na tradição crítica sobre a saúde mental, sobretudo a partir do diálogo com o marxismo. Tal debate historicamente se circunscreveu à Saúde Coletiva, dentro do próprio campo da saúde mental, demonstrando seu caráter multi, inter ou transdisciplinar. Ademais, dialogamos também com elaborações acerca da militância, partidos, sindicatos e demais movimentos sociais, também alicerçados na tradição marxista.

Tabela 1 - Estudos brasileiros sobre saúde mental e militância

Ano de publicação	Autores(as)	Título	Tipo de estudo
2004	Bernardete Baltazar	Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana.	Artigo derivado da Dissertação de Mestrado; Universidade Federal do Espírito Santo; Psicologia
2011	Isabel Keppler	Saúde e militância: Reflexões a partir da escuta de militantes	Monografia; Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP; Psicologia
2012	Natacha Eugênia Janata	Juventude que ousa lutar!: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST	Tese de doutorado; Universidade Federal de Santa Catarina; Educação
2017	Guilherme Boulos	Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo	Dissertação de mestrado; Universidade de São Paulo
2017	Leonardo Amorim Rosa	Potencial terapêutico da participação em movimentos sociais: um estudo a partir de militantes do MST	Artigo; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Psicologia; Saúde & Transformação Social
2018	Clarice Moreira Portugal,	A clínica entre parênteses: reflexões sobre o papel da arte e da militância na vida	Artigo; Universidade Federal da Bahia; Saúde Coletiva;

	Martin Mezza e Mônica Nunes	de usuários de saúde mental	Physis: Revista de Saúde Coletiva
2021	Jadielma de Barros Alves; Saulo Luders Fernandes e Marcos Ribeiro Mesquita.	Produção de Subjetividade e Militância Política dos Jovens do Movimento Sem Terra no Semiárido Alagoano	Artigo; Universidade Federal de Alagoas; Psicologia; Estudos e Pesquisas em Psicologia
2022	Clara Barbosa de Oliveira Santos	Sufrimento psíquico e militância: apontamentos sobre a discussão de saúde mental nos partidos políticos revolucionários.	Dissertação de Mestrado; Fiocruz RJ; Educação Profissional em Saúde
2023	Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté, Tiago Pires Marques, Maurice de Torrenté	Solidariedade, militância e saúde mental em tempos de pandemia	Artigo; Universidade Federal da Bahia e Universidade de Coimbra; Saúde Coletiva e Estudos Sociais; Interface - Comunicação, Saúde, Educação
2023	Andressa de França Alves Ferrari e Muna Muhammad Odeh	O circuito dos afetos na construção e fortalecimento do Movimento Pró-Saúde Mental do DF	Artigo oriundo de Dissertação de Mestrado; Universidade de Brasília

Fonte: Elaborado pelos autores

2 Resultados e Discussão

Dos dez trabalhos, temos: seis artigos; uma tese de doutorado; duas dissertações de mestrado; um trabalho de conclusão de especialização. Ressalta-se, de antemão, a quantidade pequena de manuscritos selecionados (dez), considerando que tal número também pode estar relacionado às escolhas metodológicas da pesquisa e suas conseqüentes limitações. Contudo, tal resultado também pode significar uma lacuna da academia, o que, por sua vez, não pode ser lida como acaso, ao se tratar da militância, nos remetendo a uma relação tensionada entre *militância* e *ciência* (Melo, 2013), atravessada por perspectivas as quais uma possível relação entre elas significaria uma perda de cientificidade ou a contaminação política da produção

de conhecimento, incorrendo até na perda da suposta neutralidade. A própria recenticidade dos trabalhos, sendo majoritariamente da segunda década dos anos 2000, reflete isso, ao passo que também sinaliza para um ganho de relevância do tema na academia.

Por outro lado, isso não significa uma desconsideração nem da saúde mental nem da militância pelo âmbito acadêmico, mormente na produção de conhecimento, mas que, a nosso ver, são necessários maiores esforços direcionados à saúde mental *na e da* militância. É mais comum que a relação entre militância e saúde mental seja abordada na literatura acadêmica pela via da militância *na e da* saúde mental, até mesmo considerando a importância dos movimentos sociais em tal campo, como é o caso do desenvolvimento histórico do Movimento ou Luta Antimanicomial (Amarante, 1998; Santos; Santos, 2018; Albrecht, 2019).

Os resultados e sua discussão foram divididos em três seções, que representam eixos temáticos extraídos dos próprios artigos. No primeiro, são apresentados os achados mais descritivos referentes às características dos estudos, das/os pesquisadoras/es, bem como das realidades estudadas. A partir do segundo, adentramos na análise propriamente dita do conteúdo dos artigos, apreendendo o que dizem sobre a saúde mental da e na militância. Por fim, no terceiro, discorreremos sobre os desafios e caminhos da militância no que se refere à saúde mental.

2.1 Aspectos Gerais

Os trabalhos selecionados compõem um mosaico interdisciplinar. Ao todo, quatro eram da psicologia, três da saúde coletiva, um da psiquiatria, um da educação e outro da educação em saúde. No que se refere à região de produção, houve prevalência de estudos conduzidos no Sudeste, com cinco trabalhos, seguido do Nordeste (três estudos), Sul e Centro-oeste (um cada).

Todos os trabalhos selecionados são pesquisas empíricas que utilizaram abordagem qualitativa. Os métodos variaram entre entrevistas (Alves; Fernandes; Mesquita, 2021; Baltazar, 2004; Boulos, 2017; Janata, 2012; Keppler, 2011; Ferrari; Odeh, 2023; Rosa, 2017; Santos, 2022), observação participante (Portugal; Mezza; Nunes, 2018), grupo focal (Alves; Fernandes; Mesquita, 2021), diário de campo (Alves; Fernandes; Mesquita, 2021) e pesquisa etnográfica de longa duração (Torrenté; Marques; Torrenté, 2023). Um dos trabalhos utilizou uma abordagem mista (quanti-quali), sendo que a parte quanti se deu por meio da aplicação de questionários (Boulos, 2017).

O Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) foi o grupo mais estudado, denotando a relevância e a magnitude do MST em nossa realidade. Uma pesquisa foi realizada em assentamento no Paraná (Janata, 2012), uma sobre o MST de uma cidade do interior paulista (Rosa, 2017) e outra sobre o MST no Semiárido Alagoano (Alves; Fernandes; Mesquita, 2021), demonstrando também a capilaridade do movimento, presente em todo o país. Um dos trabalhos abarcou a militância do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), “o maior movimento popular urbano do Brasil” (Boulos, 2017, s/p.).

No campo da saúde mental, dois trabalhos abordaram especificamente a militância de usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (Torrenté; Marques; Torrenté, 2023; Portugal; Mezza; Nunes, 2018), enquanto outro se estendeu à militância na saúde mental, agregando não só usuários, mas profissionais, familiares, pesquisadores, dentre outros atores militantes (Ferrari; Odeh, 2023). Apenas um estudo se voltou especificamente à militância em partidos políticos, sobretudo de partidos de esquerda de caráter revolucionário de um município da Zona da Mata Mineira (Santos, 2022). Dois trabalhos abordaram militantes de mais de um movimento social, sendo um com lideranças de organizações populares na Grande Vitória (Baltazar, 2004) e o outro com militantes em situação de sofrimento psíquico que compunham movimentos sociais diversos do Estado de São Paulo (Keppler, 2011).

Quanto aos objetivos, Baltazar (2004) buscou compreender as percepções das lideranças de organizações populares na Grande Vitória, abordando a relação entre militância e vida cotidiana, enquanto Keppler (2011) examinou as conexões entre movimentos sociais, saúde e o processo de adoecimento, considerando o contexto local e a conjuntura da época. Janata (2012) concentrou-se na formação de jovens militantes do MST, analisando a mediação entre a escolarização de nível médio, o trabalho e a militância. Também com foco no MST, Alves, Fernandes e Mesquita (2021) analisaram os efeitos psicossociais da subjetivação política dos/as jovens assentados/as do movimento e Rosa (2017) propôs uma discussão inicial sobre as possibilidades terapêuticas presentes na participação em movimentos sociais, mais especificamente no MST. Boulos (2017) verificou a hipótese de diminuição de sintomas depressivos em militantes do MTST em cenários de ocupação.

Portugal, Mezza e Nunes (2018) trabalharam para discutir os efeitos transformadores dos contextos militantes e artísticos no cotidiano de usuários de saúde mental. Torrenté, Marques e Torrenté (2023) se debruçaram para analisar tessituras das ações solidárias no campo da saúde mental, buscando suas bases político-sociais em experiências de militância, ativismo social e de redes de ajuda

mútua em saúde mental. Santos (2022) estudou a forma como os partidos políticos brasileiros da esquerda radical (PCB, PSOL e PSTU) tratavam o debate de saúde mental nas suas ações políticas cotidianas, intra e extra partidariamente. Ferrari e Odeh (2023) compreenderam como se estabelece os circuitos de afeto entre os integrantes de movimento social do campo da saúde mental organizado no Distrito Federal.

O panorama exposto demonstra também a diversidade de formas organizativas, dinâmicas e contextos presentes na militância, ou melhor, que conformam a militância enquanto *unidade na diversidade*. Vemos, pois, que a literatura sobre saúde mental na e da militância, mesmo que ainda incipientemente, tem se proposto a considerar e abarcar tal diversidade.

2.2 O que os estudos dizem sobre militância e saúde mental?

Primeiramente, vale ressaltar que devido às limitações do processo de busca, muitos trabalhos que dialogam com o tema da saúde mental na e da militância podem ter sido desconsiderados, de modo que não temos a pretensão de *falar pela literatura acadêmica* na sua integralidade sobre o tema. Além disso, tal processo influencia os próprios achados, por exemplo, desde os termos de busca utilizados e, por conseguinte, os artigos encontrados e analisados.

No que se refere aos trabalhos apresentados, a compreensão da militância é multifacetada, decorrente da própria diversidade de formas organizativas, táticas e estratégias, mas profundamente enraizada na busca por transformações sociais, políticas e culturais. A militância enquanto forma de participação política engajada e crítica, conforme definida por Baltazar (2004), existe e persiste frente ao imobilismo da sociedade em relação às diversas violações e contradições da realidade e constrói caminhos em direção a uma ordem (mais) democrática. Apesar das condições precárias, realidades desoladoras ou falta de aparato jurídico, a militância pode ressignificar o sofrimento, os medos e o sentimento de desamparo, em um processo coletivo de emancipação (Ferrari; Odeh, 2023). Por exemplo, as falas dos militantes entrevistados no estudo de Keppler (2011), centraram-se na ideia do fazer coletivo e reconhecem que todos estamos envolvidos em uma luta pela sobrevivência e ser militante é fazer dessa luta coletiva e organizada.

Há nos trabalhos, tanto perspectivas de militância que explicitamente se colocam orientadas à emancipação humana, como outras que, mais de maneira implícita, indicam a emancipação política como seu horizonte. Dentro dessa pluralidade de formas de militância, trazendo consigo uma multiplicidade de horizontes de

mudança, resgatamos a análise e diferenciação *marxiana* sobre *emancipação política* e *emancipação humana*. A emancipação política se configura pela conquista de direitos e exercício formal da cidadania dentro da ordem social comandada pelo capital, sem que se rompa com seu caráter - concreto - imanentemente desigual. Conforme o próprio Marx (2010, p. 41), a *emancipação política* de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui.

A emancipação humana, por sua vez, impõe como condição necessária o fim de qualquer forma de desigualdade, dominação e exploração, sendo necessária a superação da ordem do capital. A partir disso, reconhece-se a imprescindibilidade da luta pela garantia de direitos e políticas públicas eficientes e sustentáveis pautadas na participação social, mas como mediações táticas orientadas a uma estratégia comunista. Nisso, é fulcral que as lutas compreendam as contradições da ordem social vigente e tenham um horizonte que tensione esta ordem, não se contentando com o máximo de emancipação no capitalismo - que continua sendo uma *emancipação* calcada na exploração, opressão e alienação - orientadas à “emancipação real [à] emancipação prática” (Marx, 2010, p. 41).

Os trabalhos também evidenciam como a militância vai além das fronteiras políticas das próprias organizações e luta, adentrando a vida cotidiana e a esfera pessoal, ou melhor, sendo elas também, como exploraram Portugal, Mezza e Nunes (2018). Ainda de modo a dialogar com a realidade concreta, a militância como organização coletiva é colocada enquanto uma resposta àquilo que está posto, de modo a politizar aquilo que é política, mas que se apresenta como naturalizado e, portanto, apolítico - as relações sociais, de poder e de interesse -, conquistando avanços em prol dos grupos ou classe que lutam por meio de suas próprias lutas (Ferrari; Odeh, 2023; Torrenté; Marques; Torrenté, 2023). A ocupação de espaços foi exemplificada nas entrevistas de Keppler (2011) como uma forma eficaz de mobilização e resistência, que desafia a lógica individualista predominantemente na sociedade e proporciona acolhimento, apoio mútuo e a oportunidade de restabelecer vínculos sociais.

No contexto de violência, criminalização, precarização do trabalho e desemprego vivido pela juventude do MST, constatou-se que apesar das violações, prevalece o conhecimento da legitimidade pelos(as) militantes da causa pela qual lutam e à qual pertencem. A resistência é produzida nos encontros, nas práticas diárias, nas místicas e nos afetos junto aos seus iguais. Os jovens assentados do MST têm o coletivo como um espaço de produção da vida, no qual o estabelecimento de

relações sociais amplas e complexas possibilitam o desenvolvimento de uma postura crítica e criativa (Alves; Fernandes; Mesquita, 2021; Janata, 2012).

No caminho em direção à conscientização e à emancipação, onde a compreensão da realidade se baseia na visão do mundo da classe trabalhadora, esses jovens enfrentam as contradições inerentes ao sistema capitalista. Esse desafio, especialmente quando se trata da manutenção da lógica de produção, impulsiona-os a encontrar na esfera das relações caminhos para modificar as condições de existência e perseverar na luta (Janata, 2012). As experiências e interações nos espaços de aprendizagem fortalecem o sentimento de pertencimento ao movimento e consolidam as convicções dos jovens militantes em relação à luta política para transformar a realidade ao seu redor (Alves; Fernandes; Mesquita, 2021).

Por exemplo, para Boulos (2017) a participação nas atividades coletivas em ocupações urbanas do MTST, ao contrário do que se pode esperar no senso comum, pois tais momentos de ocupação são de bastante temor, por conta de sua situação temporária, afeita a medidas de reintegração de posse e à violência (sobretudo do braço estatal, a polícia) contribuiu para: “a redução dos escores de depressão, ansiedade e solidão, assim como o aumento do índice de relações sociais” (p. 83). Mesmo os/as militantes em condições físicas, de moradia e socialização precárias, como, por exemplo, a estadia em barracas de lona, falta de luz, saneamento básico etc., as ocupações ampliaram as relações sociais, proporcionaram uma dinâmica de reconhecimento de si e de acolhimento, resgataram a autoestima, produziram ou reforçaram vínculos de solidariedade e uma vivência coletiva de pertencimento. Como resultado, de acordo com a proposta do estudo, toda essa dinâmica se atrelou a remissão de sintomas depressivos.

Dialogando com Paulo Freire (1987), que reconhece a organização das massas populares enquanto prática possível de libertação, é preciso compreender que a transformação da realidade deve ser acompanhada pela ação comprometida com a própria reflexão sobre as condições concretas. O autor enfatiza que a conscientização não é apenas um ato de conhecer ou refletir a realidade, mas também uma escolha, uma decisão e um compromisso. Assim, os espaços de aprendizagem devem despertar a consciência das contradições presentes no mundo humano, levando as pessoas a uma inquietação que impulsiona a ação. Essas contradições, uma vez conscientizadas, tornam mais difícil a acomodação (Freire, 1987). Nesta esteira, Martín-Baró (1996) aponta a conscientização como um dos horizontes da *práxis* psi - a qual generalizamos a outras categorias profissionais e à militância.

Rosa (2017) também mostra como a participação no MST tem o potencial de promover saúde mental. Os entrevistados da pesquisa relataram que fazer parte do movimento social oportunizou o conhecimento de seus direitos sociais e possibilitou outras formas de se relacionar. A *práxis* política também foi colocada enquanto fundamental para a promoção de saúde e aprendizado no estudo com os usuários de saúde mental, que no movimento de superação da lógica da institucionalização do transtorno mental, assumem o protagonismo nas lutas por seus direitos (Portugal; Mezza; Nunes, 2018).

Em contraposição ao discurso técnico-científico dominante sobre a loucura, os usuários da saúde mental, por meio de mediações de união e solidariedade do coletivo, ocupam espaços públicos e de saúde e produzem aprendizagem prática, ações de educação em saúde e estratégias para enfrentar problemas cotidianos (Torrenté; Marques; Torrenté, 2023). Esse circuito de afetos, como definido por Ferrari e Odeh (2023), é instrumento político que, a partir da formação de vínculos sociais e de solidariedade, estimula o sentimento de pertencimento e a implicação das ações propostas. As autoras argumentam que ao participar de movimentos sociais organizados, como o que analisam - que é do campo da saúde mental -, os indivíduos aceitam o desafio de se afetar de maneiras diferentes, enfrentando o desamparo em conjunto. Desse modo, ao superar o medo de se expor ao outro e às incertezas, se estabelece uma rede de solidariedade, orientando as ações éticas para promover mudanças subjetivas e objetivas, indo além dos interesses pessoais, como, por exemplo: a criação de novas legislações, estratégias de cuidado comunitárias, de controle e participação social, geração de renda, espaços de convivência, eventos culturais e serviços substitutivos de saúde mental (Ferrari; Odeh, 2023).

Numa sociabilidade alienante, moldada na propriedade privada e conseqüente privatização das formas de viver, de ser e existir, em que “cada um é estranho de si e todos são estranhos entre si” (Marx, 2006), o indivíduo alienado tende a reconhecer a si e ao outro de maneira dissociada do mundo, sem controle ou conhecimento das forças que movem a própria história - enquanto materialização da ação humana - em direção a um horizonte que sequer se apresenta como sendo dos indivíduos e para eles. Nisso, a transformação passa a ser sequestrada do imaginário coletivo. Contudo, em consonância a Costa e Mendes (2021), o exercício ativo e contínuo da solidariedade, e uma solidariedade classe (racializada, gendrada), tal como se requer e se produz nos contextos de militância, se apresenta “como oposição a uma lógica de vida que, como vimos, nos aparta e individualiza; como resgate de nossa humanidade desumanizada” (p. 225).

Porém, o processo de conscientização e emancipação não está isento das contradições do sistema capitalista, sobretudo no que se refere à manutenção da lógica de produção. Baltazar (2004) identificou, por exemplo, divergências entre a militância e os projetos de vida de militantes. Para os entrevistados, a mesma experiência militante que contribui para o crescimento pessoal e profissional e que promoveu novos conhecimentos, também reduziu o tempo para o lazer e para a família e foi perpassada pela vivência de discriminação, estigmatização e falta de compreensão das pessoas sobre a militância (Baltazar, 2004).

A violência simbólica também é apontada no estudo de Alves, Fernandes e Mesquita (2021) como parte do cotidiano da juventude do MST, que diante dos estigmas referentes aos sem-terra, sofrem desde ataques pessoais, como também exclusão vivenciada em diferentes contextos. Relatos dos participantes da pesquisa descreveram diferentes situações nas quais os jovens foram rejeitados por causa da não compreensão da comunidade sobre sua militância. Além disso, o estudo destaca que jovens militantes do MST nem sempre são visibilizados nos espaços de atuação política, os quais concebem as ações dos jovens como inadequadas ou imaturas, preservando a lógica adultocêntrica de militância. A juventude, por vezes, tem que construir sua ação política em espaços marginais no movimento, que, por um lado, precariza o protagonismo político institucionalizado, mas, por outro, possibilita a autogestão e a ação política autônoma (Alves; Fernandes; Mesquita, 2021).

A pandemia aliada ao cenário social, político e econômico do país, cujo governo de extrema direita com políticas e ideologias neoliberais e fascistas deixou a classe trabalhadora em situação de ainda maior precariedade, em situações objetivas de morte - considerando as mais de 700 mil pessoas que morreram neste contexto. A interseção entre pandemia, saúde mental e militância é abordada pelos estudos que divulgam parte das experiências dos militantes durante o contexto da pandemia de Covid-19. Por exemplo, Santos (2022) relata que por mais que a pesquisa não tenha sofrido impactos metodológicos significativos deste contexto, visto que foram feitas as adaptações necessárias para a realização das entrevistas, os resultados expressaram o agravamento da saúde mental relacionado à pandemia. A falta de um planejamento nacional robusto com medidas sanitárias para enfrentar a pandemia, o atraso na vacinação, o desemprego e o agravamento da crise afetaram as condições de vida dos entrevistados, tanto objetivamente quanto subjetivamente. Nesse contexto, a pesquisadora identificou que as relações de camaradagem funcionam como fator de redução do grau de sofrimento psíquico dos militantes, de forma a denunciar a raiz social desta problemática (Santos, 2022).

A militância é, muitas vezes, uma questão de necessidade, devido ao compromisso compartilhado, e não apenas uma escolha. Diante disso, a camaradagem além de estabelecer uma relação política baseada em expectativas de ação em direção a objetivos comuns, fornece um alicerce sólido para a ação política, coletivizando-a e orientando-a com base em um horizonte coletivo. As relações camaradas são um movimento de construção de solidariedade e unidade na luta, uma forma de pertencimento oposto ao sentimento construído na sociabilidade capitalista, a camaradagem é um espaço de encontro, compartilhamento e identificação que traz consigo o pertencimento político em resposta às diversas tentativas ruptura de multidões e movimentos (Boulos, 2017; Dean, 2021).

Mesmo que constituída pelo sofrimento psíquico, a militância também é conformada pela coletivização das expressões de sofrimento e pelo fortalecimento de vínculos políticos de cunho humanizador e emancipatório (Santos, 2022). Nesse sentido, Torrenté, Marques e Torrenté (2023) evidenciam que a experiência de extrema vulnerabilidade permeada por incertezas, sentimento de desamparo e situações de risco intensificadas pela pandemia trouxeram à tona o valor dos afetos. O movimento de solidariedade ativa foi expresso pelo agenciamento e organização coletiva dos usuários da saúde mental perante os problemas causados e intensificados pela pandemia, desde o sofrimento advindo do distanciamento social e do luto cotidiano, até sofrimento psicossocial promovido pelo desemprego, fome e dificuldade de acesso a serviços de saúde e de assistência social (Torrenté; Marques; Torrenté, 2023).

De modo geral, por mais que haja nos trabalhos analisados uma centralidade no sofrimento psíquico, no adoecimento, denotando concepções de saúde mental que orbitam em torno da doença, seja enquanto sinônimo seja como mera ausência dela, os trabalhos corroboram a constatação de Martín-Baró (2017), de que não é possível dissociar saúde mental da ordem social. Ou seja, não se trata aqui de saúde mental como algo genérico, abstrato, como se se produzisse num vazio sócio histórico, mas da saúde mental no/do capitalismo, que é racista, sexista, machista, LGBTQIA+fóbico etc., e como isso se dá nas particularidades do capitalismo dependente brasileiro, de gênese e via de desenvolvimento colonial. Por mais que a militância, nestas condições e particularidades, lute contra elas, também pode expressá-las – e expressa, reproduz, corrobora.

Ademais, os achados expressam também que se a base da saúde mental, isto é, seu fundamento material, é o conjunto das relações sociais que, por sua vez, se dão no bojo das relações de produção, vinculadas aos meios de produção e seu nível de desenvolvimento, no modo de produção capitalista, é de se esperar que o caráter alienado, exploratório de tais relações se expresse pela via de uma saúde mental

mais combatida; ou, ao menos, que acabe não sendo tudo o que pode ser, afinal, diz de indivíduos tolhidos de serem tudo o que podem ser, pois, alienados, explorados, oprimidos (Martín-Baró, 2017; Costa, 2022). Ao mesmo tempo, no que se refere à militância, os achados demonstram que: seu propósito e horizonte de criação e fortalecimento de relações mais humanizadas e menos alienadas; de vínculos coletivos; de produção de formas de ser e existir em que a exploração e opressão não sejam ao menos absolutas, unívocas; se coloque a questionar e transformar esta sociabilidade e seus antagonismos, desenvolvendo com e nos militantes um papel de agente consciente em um processo histórico; que tudo isto constitui caminhos para uma produção de vida mais saudável; para a promoção de mais saúde mental *saudável*.

A realidade da militância apreendida a partir dos trabalhos é complexa, dinâmica e multideterminada, ou seja, “não é estática em relação ao tempo e ao espaço” (Vinadé, Guareschi, 2007, p. 3). Nesse sentido, se a militância, coletivamente, se relaciona a um comprometimento com a transformação social, com a emancipação, o coletivo na militância tem o potencial de politizar justamente o que constitui os indivíduos em sua concretude e, logo, a sua saúde mental no capitalismo: as determinações de classe, raça, etnia, gênero, sexualidade; econômicas, políticas, culturais, ideológicas etc. Em conformidade a Martín-Baró (2017):

se a base da saúde mental de um povo encontra-se na existência de relações humanizadoras, de vínculos coletivos nos quais e pelos quais se afirma a humanidade pessoal de cada um e não se nega a realidade de ninguém, então a construção de uma sociedade nova ou, pelo menos, melhor e mais justa, não é somente um problema econômico e político; é também, e por princípio, um problema de saúde mental (Martín-Baró, 2017, p. 267).

Portanto, a militância pode se configurar enquanto espaço e processo para conscientização crítica, autonomia e de construção de outra sociabilidade, que não a alienante. Esse processo de resistência, de luta e de construção de novos caminhos é também uma forma de promoção da saúde. Ou seja, sem incorrer em romantizações, a militância, na sua própria dinâmica, produz saúde, tendo consciência ou não disso, e, ao tensionar a ordem vigente, orientada a promover mudanças nas estruturas que afetam a saúde mental, pode contribuir ainda mais para a produção de vida e de saúde mental mais humanizadas. Em suma, se não existe militância sem saúde mental, afinal, não existe indivíduo sem saúde mental, a militância pode configurar um espaço de produção de relações sociais mais humanizadas e, portanto, fortalecer a saúde mental - não só a dos militantes, mas da classe trabalhadora como um todo a partir das suas conquistas.

2.3 Desafios e caminhos da militância no que se refere à saúde mental

Entre os encontros e desencontros da militância, Baltazar (2004) aponta para o desafio de se construir um novo mundo com os sujeitos de hoje. A autora chama atenção para a atividade e a identidade militantes que, de forma conservadora, reproduzem papéis cristalizados e dificultam a produção de novos papéis sociais. Desse modo, argumenta que para construir outras condições objetivas de produção de vida, é preciso pensar em como transformar a nossa sociabilidade, para que as relações deem suporte e continuem a reproduzir essas novas condições de vida (Baltazar, 2004).

Até movimentos com uma perspectiva revolucionária, se não abordarem aspectos mais amplos da vida social e não proporem novas formas de relacionamento com os outros, podem incorrer em contradições no seu próprio desenvolvimento e não se orientar a romper com a cultura hegemônica, mas, pelo contrário, a reproduzir e reforçar (Keppler, 2011). Por isso, como apontado por Keppler (2011), é necessário compreender que a militância não se reduz apenas às tarefas objetivas (como se as dimensões objetivas e subjetivas fossem apartadas uma da outra) e, por vezes, uma abordagem “tarefista” e “movimentista” pode afastar da perspectiva de transformação social, sendo uma reprodução da própria lógica alienada do trabalho alienado no/do capitalismo.

Também deve-se direcionar a atenção para as armadilhas da forma individualizante que é debatida a promoção de saúde nos espaços de militância. A visão de que o sujeito ao compor espaços coletivos terá, por si só, seu fortalecimento enquanto indivíduo ou grupo, pode resultar na reprodução de uma lógica liberal de fortalecimento do indivíduo e de manutenção da ordem vigente (Keppler, 2011). É preciso que esse debate reconheça que a capacidade de coletivização para enfrentar aquilo que se combate é também promoção de saúde, e que pode se materializar na e pela emancipação coletiva enquanto classe (Keppler, 2011; Boulos, 2017). O estudo de Janata (2012) relata que a juventude a partir do processo de conscientização sobre os direitos e a construção de sensibilidade e habilidade relativas ao mundo da cultura, da arte e do trabalho, pode compreender a realidade a partir de uma visão de mundo da classe trabalhadora, a partir das suas próprias condições de vida e orientadas à transformação delas.

Alguns estudos ainda abordam a saúde mental na e da militância limitada à experiência privada do indivíduo. De modo a recair na armadilha alertada por Keppler (2011), os efeitos transformadores da militância foram compreendidos no

âmbito individual, num sentido privatista, por mais que em espaços e contextos coletivos, como, por exemplo: a ruptura de sofrimento, ressignificação das histórias, empoderamento, reinvenção do cotidiano e elaboração de novas modalidades de lidar com a alteridade (Portugal; Mezza; Nunes, 2018). Ao investigar o potencial terapêutico da participação em movimentos sociais, Rosa (2017) também reproduz essa lógica quando os fatores terapêuticos elencados também se restringiram aos efeitos subjetivos desse processo. Na mesma lógica, no trabalho de Baltazar (2004), as expressões de promoção de saúde mental são reduzidas a como o sujeito se sente útil, reconhecido, respeitado ou como ser militante auxilia no crescimento pessoal e profissional. O sofrimento que perpassa a militância também é colocado dentro do que é privado, o militante sofre por renunciar aos estudos, por não ter tempo suficiente para militar, trabalhar, estudar e se relacionar.

Numa ordem privatista-individualizante, Keppler (2011) debate a relevância do reconhecimento do processo de saúde-doença no contexto da militância em seu caráter social e da necessidade do cuidado para e na saúde. Muitas vezes, essa busca pelo cuidado é uma estratégia implementada quando o problema de saúde transcende o âmbito coletivo e se torna uma questão individual, localizada em determinados indivíduos, como se fosse uma *questão deles*, ou seja, algo individual-privativo, e não algo que se expressa singularmente neles e por eles, mas que é produzida coletivamente, sendo determinada socialmente. Nesse espaço, o militante não se afasta do coletivo, mas quando o conflito é entendido como patológico, algo que foge da norma (da própria organização), ele é colocado como algo *do* sujeito, de modo que seu afastamento é concebido e tratado como suposta solução. O suporte psicológico é um instrumento utilizado para tentar lidar com uma lacuna que o contexto da militância não consegue atender. Essa lacuna envolve a capacidade de colocar o indivíduo e seus desafios provenientes da luta cotidiana em um contexto mais amplo, tanto dentro quanto fora do movimento, em conjunção com os compromissos do movimento (Keppler, 2011); ou seja, trata-se de um problema coletivo, a ser resolvido coletivamente - ou, ao menos assim deveria ser num contexto de militância.

No estudo de Santos (2022), também foram identificadas nas organizações militantes analisadas duas estratégias para lidar com manifestações de sofrimento psíquico. Ambas descontextualizam o caráter social do sofrimento psíquico e dos conflitos político-econômicos, de modo que, ao agirem dessa forma, mostram-se descompassadas com um projeto abrangente para a classe - inclusive, para a lida com a saúde mental da classe trabalhadora. As estratégias expressaram uma difusão de valores funcionalistas e conservadores sobre o sofrimento psíquico,

especialmente por setores ligados à saúde. Em primeiro lugar, houve a culpabilização dos indivíduos, responsabilizando-os exclusivamente pela sua situação de sofrimento, em meio a uma crença difusa de que o ambiente social é naturalmente repleto de desafios e que a adaptação contínua é necessária; algo como um tipo ideal militante que não sofre; uma certa forma de *ser militante* que seria imune ao sofrimento, ao passo que, caso haja tal sofrimento, o indivíduo estaria negando, se opondo a tal *ser militante*. A segunda estratégia implicou a patologização do sofrimento pelo sistema, levando à intervenção biomédica e ao uso excessivo de medicamentos, reproduzindo uma lógica de medicalização da vida, mesmo quando não era necessário (Santos, 2022).

Além disso, durante a pesquisa de Santos (2022), foi quase unânime a constatação de que a saúde mental e o debate sobre o sofrimento psíquico não ocupavam um papel central ou relevante no cotidiano dos militantes dos partidos analisados. Apesar de considerarem a sua importância para uma melhor organização das estratégias de luta, os entrevistados destacaram a quase inexistência de ações políticas relacionadas a essas questões, sendo pontuais e relativas a casos urgentes. Identificou-se também lacunas no debate e nas ações políticas externas para a saúde mental nas três organizações, evidenciando a falta de um diagnóstico atual da gravidade da massificação do sofrimento psíquico na classe e, por consequência, a limitação na formulação de políticas ou ações bem elaboradas (Santos, 2022).

Contudo, cabe aqui uma ressalva que se refere à reprodução hegemônica da concepção de saúde mental como sinônimo ou ausência de doença e/ou sofrimento psíquico também nos espaços e nas organizações militantes abarcadas e na própria literatura. Por conseguinte, o cuidado é entendido exclusiva ou fundamentalmente como sinônimo de psicoterapia, medicação, dentre outras estratégias e ferramentas legadas pelo campo psi (psicologia, psicanálise e psiquiatria), de caráter individual-privativo. Ora, nestes marcos, as organizações políticas serão sempre lacunares, suas iniciativas sempre serão insuficientes - quando existentes -, até porque não necessariamente se propõem a serem dispositivos assistenciais. Isso não significa que não lancem mão - ou que não devam lançar mão - de iniciativas de cuidado, ainda mais se concebemos saúde mental como produção de vida, como expressão desta, em termos de como os indivíduos se produzem, se fazem a partir daquilo/naquilo que é feito deles e com eles. Isso não significa minimizar ou deslegitimar o sofrimento dos/as militantes, as críticas necessárias, mas, ao mesmo tempo, contribuir para uma maior conscientização acerca do que é saúde mental e, nisso, do que é cuidado, de modo que um dos horizontes fundamentais da militância no que se refere à saúde mental - inclusive a de seus militantes -, é o seu

papel de politização dela, de seu caráter e determinação sociais, políticos, algo que passa, necessariamente, pela conscientização e coletivização dos meios para a lida com ela. Em consonância com a Costa et al. (no prelo):

No caso da militância em específico, toda vez que uma organização, seja ela na forma de partido político, sindicato, movimento social, se ocupa de suas formas organizativas, ela está abordando e atuando na saúde mental. Quando nos mobilizamos para atender as necessidades concretas e imediatas de companheiros(as) e camaradas, estamos fortalecendo a saúde mental deles(as) e a nossa, pois estamos nos humanizando neste processo, mesmo que desumanizados. Quando barramos coletivamente mais uma iniciativa que vai impactar negativamente na vida da classe trabalhadora (mais uma contrarreforma, um pedido de reintegração de posse, demais medidas autoritárias etc.), quando conquistamos algum direito, estamos atuando positivamente em e com nossa saúde mental. Apropriar-se da saúde mental implica, pois, um movimento de apropriação dos indivíduos sobre si e suas próprias vidas.

Por um lado, a predominância do olhar para a saúde mental a partir do prisma do sofrimento, da doença - quando não reduzida a isto - também diz de uma realidade na qual o sofrimento psíquico tem se recrudescido e generalizado, atrelado ao próprio movimento cada vez mais destrutivo do capital contra a classe trabalhadora, à humanidade como um todo. Parafrazeando Marx (2006, p. 28), a saúde mental “não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral”. Logo, nos marcos de uma correlação de forças em que a classe trabalhadora se encontra mais reativa, e que o capital avança sua marcha espoliativa, exploratória e opressiva, resultando em uma deterioração e precarização das condições de vida, é de se esperar que isto se expresse tendencialmente na forma de uma saúde mental mais combalida - com a militância não passando ilesa a tal processo.

Por outro lado, sendo sintoma da luta social, esta mesma militância passa a ser ainda mais necessária, devendo ser fortalecida, se fortalecer, para que tal(is) luta(s) se manifestem pela via de uma saúde mental mais fortalecida, mais humanizada. O sofrimento psíquico de militantes denota, de maneira ainda mais evidenciada, o seu caráter dialético de *sintoma* e *denúncia*, *protesto*. Contudo, é um projeto, uma denúncia que atenta contra o denunciante, o ser que sofre, o/a militante que está em sofrimento psíquico, afinal é uma das manifestações da alienação de um indivíduo (alienado), da negação de sua humanidade enquanto ser social, não devendo, em hipótese alguma ser romantizado (Costa, 2022). Não à toa, a loucura historicamente foi tratada como *alienação mental*. Nesse ínterim, tal sofrimento psíquico atenta também contra a militância; e, ao atentar contra a militância fortalece a sociabilidade contra a qual ela se volta, a qual ela busca transformar;

atenta, pois, contra a classe trabalhadora como um todo, contra a humanidade. Tudo isso só reitera a importância de se dar a devida atenção à saúde mental na e da militância.

Apesar das limitações da análise a partir da lógica hegemônica de saúde mental, é possível perceber que a saúde mental da e na militância também se expressou nos resultados das pesquisas como produto das relações sociais, em consonância ao apregoado por Martín-Baró (2017). Nos estudos de Boulos (2017) e Rosa (2017), a militância foi apreendida enquanto fator terapêutico sendo que este só existe pela relação com o outro. Quanto ao primeiro, o fator terapêutico refere-se à oposição de uma dinâmica de isolamento social, fomentando: ampliação das relações sociais, reconhecimento/acolhimento, resgate de autoestima, vínculo de solidariedade e pertencimento (Boulos, 2017). Ou autor ainda sinaliza quatro momentos fundamentais nas ocupações para isto: a entrada na ocupação, o acolhimento e sua vinculação; a vivência coletiva cotidiana; a participação nas tarefas e construção de papéis; e o protagonismo nas mobilizações. Já no caso do segundo, constatou-se a instilação de esperança fortalecida pela interação no grupo, a universalidade percebida ao compartilharem problemas e sonhos semelhantes, o acolhimento e o sentimento de pertencimento ao coletivo, o desenvolvimento de técnicas de socialização e a aprendizagem a partir da observação de outros membros do grupo. Contudo, há de se problematizar tais efeitos e o próprio sentido da militância, mesmo naquilo que ela produz de mais humanizado, como se fosse *terapêutico*, sob o signo da *terapia*. Isso não só remete ao campo psi, sendo, pois, reprodução de uma lógica de psicologização da saúde mental - e da própria militância -, como também pode estar atrelado a uma certa romantização da luta, da militância, como se tivessem em si mesmas um propósito de cura ou que tal cura fosse possível e desejada pela militância. Lemas como o da *luta que cura!* (Fernandes, 2011), ao contrário do que ensinam, podem resultar numa deslegitimação da própria luta, a partir da confrontação com a realidade de que a *luta não cura*.

Militância não é terapia, não é tratamento, o que não significa que não possa ter implicações positivas na saúde mental das pessoas; pelo contrário, é isto que desejamos. Da mesma forma, não queremos dizer que os/as militantes não devam procurar por alternativas (psico)terapêuticas, tendo o devido suporte de suas respectivas organizações neste processo. O que a militância e as organizações militantes se propõem não pode ser, portanto, tratado enquanto terapia, analisado e entendido pela chave médica, da psicologia, sob pena de ser descaracterizado. Ademais, se pela militância se coloca a produção de uma vida mais humanizada, menos alienada, isso não diz de um suposto caráter terapêutico dela, mas, ao

contrário, refere-se ao caráter sofredor e de uma produção cada vez mais generalizada de sofrimento da sociabilidade contra a qual a militância se impõe.

Tendo em vista que a militância está imersa em contradições que podem resultar em conflitos e em sofrimento, é preciso encarar e se apropriar dessas contradições para buscar desenvolver uma consciência que possa contribuir para o processo de transformação social, conectando o projeto político, os meios de luta (as mediações táticas), com a realidade da luta cotidiana (Keppler, 2011). Janata (2012) aborda a militância enquanto um espaço de produção de vida, e, portanto, de saúde mental, que é permeado pelo sofrimento humano, mas reconhece que por mais que este sofrimento esteja no espaço de militância, ele é produto da sociabilidade capitalista e não algo da militância *per se*. Procura-se, então, canalizar esforços para apreender as raízes estruturais do sofrimento, criando espaços coletivos de bem-estar, especialmente na esfera política, para contrapor uma sociedade que utiliza o sofrimento para a produtividade (Santos, 2022). Em conformidade a Keppler (2017, s/p.), é necessário tomar cuidado para não imputar à militância, o que é responsabilidade do modo de produção capitalista o qual ela se opõe, sendo ele o *problema*, e não a militância:

Quando responsabilizamos a militância pelo nosso adoecimento mental, estamos responsabilizando o instrumento (ou o caminho) [...] Se alegamos que a militância é que esmaga a vida pessoal e a saúde mental dos militantes, a conclusão é apostar em cuidar de sua vida individual, ou considerar-se um mártir que as pessoas vão admirar, mas de forma alguma vão fazer igual (Keppler, 2017, s/p.).

Diante disso, Santos (2022) afirma que é crucial considerar tanto a dimensão objetiva quanto a subjetiva do sofrimento, até porque elas se fazem na relação uma com a outra, dialeticamente, pois sua manifestação varia de pessoa para pessoa, de acordo com as singularidades, mediadas pelas particularidades sociais; ou seja, a partir de como o indivíduo subjetiva a realidade objetiva e, nisso, produz novas (e velhas) objetivações por meio de sua ação. Além disso, a autora reconhece que a militância, embora crucial para a transformação social, não pode eliminar completamente o sofrimento psíquico, e a consideração dessa limitação é essencial para não reproduzir romantizações e idealizações que se voltam contra a própria militância, deslegitimando-a por algo que está para além de sua capacidade de resolução. Assim, a autora resgata o debate de Keppler (2011; 2017) e reforça que o olhar não deve se restringir à militância, mas sim se direcionar ao sistema capitalista que gera grande parte desse sofrimento.

Perante esta realidade, Torrenté, Marques e Torrenté (2023) levantam uma reflexão dialética indagando se esse cenário impede a resistência ou a fomenta. Para os

autores, as organizações políticas, nas suas variadas formas e dinâmicas, não têm tido o tempo nem os recursos materiais e emocionais necessários para enfrentar os desafios mais amplos impostos pela conjuntura, pois estão sobrecarregados com a urgência de atender às necessidades imediatas, como a luta contra a fome e a ameaça de morte. A própria *resistência* como horizonte e insígnia da militância já diz de um horizonte rebaixado, atrelado a uma correlação de forças que parece recuar cada vez mais quanto à capacidade mobilizadora e transformadora da classe trabalhadora. Não obstante, por intermédio de uma solidariedade que se opõe ao individualismo cada vez mais exacerbado e à indiferença, apontam que, mesmo com tais limitações, resistências têm sido fomentadas, ao qual acrescentamos: que consigam avançar para além da resistência, até porque “[n]ão fazendo isso, o plano de discussão pode, já no futuro próximo, deixar de ser sobre se ela [a saúde mental] será boa ou má, saudável ou mórbida, para se haverá saúde mental” (Costa; Mendes, 2021).

Considerações finais

No presente estudo, objetivamos apreender como a saúde mental na e da militância comparece na produção acadêmica; o que a literatura tem dito (e como tem dito) sobre a saúde mental na e da militância. A partir de uma revisão narrativa da literatura e sem nenhum intuito de esgotamento do debate, até por conta da sua complexidade, analisamos o que a própria academia concebe e extrai em termos da militância, na sua diversidade organizativa, tática, estratégica, e como se dá a produção de saúde mental nela e por ela. Nisso, extraímos alguns caminhos, mesmo que atravessados por inúmeros desafios, de modo a potencializar o entendimento e a abordagem da saúde mental na e pela militância.

Mesmo que ainda incipiente e muito recente, encontramos trabalhos sobre saúde mental de militantes de partidos, sindicatos e movimentos sociais e populares que pautam a luta pela terra, pela moradia, movimento estudantil, aqueles que são do próprio campo da saúde mental (da Luta Antimanicomial), dentre outros. O panorama encontrado demonstra a diversidade de contextos de atuação, formas organizativas, táticas e estratégias presentes na militância.

Constatamos a predominância do olhar para a saúde mental na e da militância pelo prisma do sofrimento psíquico, da doença. Além de expressar a própria hegemonia sobre o tema, isso pode estar relacionado às próprias escolhas e limitações metodológicas e ao crescimento da relevância do tema, ao mesmo tempo que tal crescimento tem estado atrelado ao aumento e generalização do sofrimento psíquico como um todo, atravessando também a militância.

No entanto, apesar das limitações da análise a partir da lógica hegemônica de saúde mental, os estudos demonstraram que a saúde mental da e na militância se expressou como produto das relações sociais. Mesmo que atravessada pelo sofrimento psíquico, ao ser constituída tanto pela coletivização dos problemas e das possíveis saídas quanto pelo fortalecimento de vínculos políticos de cunho humanizador e emancipatório, a militância se mostra um espaço não só relevante, mas necessário em termos de produção de uma saúde mental mais humanizada, mais fortalecida, seja de seus militantes, seja da sociedade como um todo, resultado de suas lutas. Dessa forma, fica evidente que, a despeito de seus limites, contradições, o problema não é a militância em si e seus instrumentos de organização e luta (partidos, sindicatos, movimentos sociais e populares), mas da própria sociabilidade contra qual tal militância se põe e que opera no sentido de tolher, precarizar nossas condições de vida e, portanto, a saúde mental.

Referências

ALBRECHT, Daniela. *Movimentos contra os manicômios e lutas de classes no Brasil e na Itália: Um estudo sobre consciência e estratégia*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

ALCÂNTARA, Vírnia Ponte, VIEIRA, Camilla Araújo Lopes; ALVES, Samara Vasconcelos. Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análise das produções científicas brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 01, p. 351-361, 2022.

ALVES, Jadielma de Barros; FERNANDES, Saulo Luders; MESQUITA, Marcos Ribeiro. Produção de Subjetividade e Militância Política dos Jovens do Movimento Sem Terra no Semiárido Alagoano. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 10-29, 2021.

AMARANTE, Paulo (Ed.). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

BALTAZAR, Bernadete. Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 20, p. 183-190, 2004.

BOULOS, Guilherme. *Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Psiquiatria da Universidade de São Paulo, 2017.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da. Marx sobre a loucura. *Revista Dialectus*, Fortaleza, v. 26, p. 11-31, 2022.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira. Colonização, Guerra e Saúde Mental: Fanon, Martín-Baró e as Implicações para a Psicologia Brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 36, n. esp., e36nspe14, 2020.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira. Saúde mental em tempos de crise e pandemia: um diálogo com Martín-Baró. *Revista Psicologia e Saúde*, Campo Grande, v. 13, p. 217-231, 2021.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; OLIVEIRA, João Gabriel Carvalho Araújo Mello de; MEDEIROS, Lalesca; FREITAS JR., Lúcio Carvalho de; SILVA, Marina Thuane Melo da; CARNEIRO, Sílvia Mendonça. Luta que cura? Saúde mental e militância na barbárie. In: Antloga, C. et al. (orgs.) *Psicologia Clínica e Cultura VII*. No prelo.

DEAN, Jodi. *Camarada: um ensaio sobre pertencimento político*. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Marco. Luta, que cura!. *PassaPalavra*, São Paulo, 22 de maio de 2011. Disponível em: <https://passapalavra.info/2011/05/98612/>. Acesso em 21 out. 2023.

FERRARI, Andressa de França Alves; ODEH, Muna Muhammad. Circuito e efeitos na construção e fortalecimento do movimento de saúde mental no Distrito Federal. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Revista Brasileira de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 43, p. 29-47, 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

JANATA, Natacha Eugênia. *“Juventude que ousa lutar!”: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

KEPPLER, Isabel Lopes dos Santos. *Saúde e Militância: Reflexões a partir da escuta de militantes*. 2011. 144f. Trabalho de conclusão de curso de graduação (Psicologia) - Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2011.

KEPPLER, Isabel Lopes dos Santos. Quem está doente é o sistema social: notas sobre saúde mental e militância. *Esquerda Online*, 14 de junho de 2017. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/06/14/opinioao-quem-ta-doente-e-o-sistema-social-notas-sobre-saude-mental-e-militancia/>. Acesso em: 21 out. 2023.

MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- MELO, Hildete Pereira de. A Revista Gênero/UFF: fazendo "ciências" na militância. *Revista Estudos Feministas*, São Paulo, v. 21, p. 605-615, 2013.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- PORTUGAL, Clarice Moreira; MEZZA, Martin; NUNES, Monica. A clínica entre parênteses: reflexões sobre o papel da arte e da militância na vida de usuários de saúde mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, 2018.
- ROSA, Leandro Amorim. Potencial terapêutico da participação em movimentos sociais: um estudo a partir de militantes do MST. *Saúde & Transformação Social*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 72-83, 2017.
- ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paul Enferm.*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.
- SANTOS, Clara Barbosa de Oliveira. *Sufrimento psíquico e militância: apontamentos sobre a discussão de saúde mental nos partidos políticos revolucionários*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação Profissional em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, 2022.
- SANTOS, João Henrique de Sousa; SANTOS, Maíra Carolina Alves. Interseção entre movimentos sociais e política de saúde mental: revisão integrativa da produção científica no cenário brasileiro. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 419 - 433, 12 set. 2018.
- TORRENTÉ, Mônica de Oliveira Nunes de; MARQUES, Tiago Pires; TORRENTÉ, Maurício de. Solidariedade, militância e saúde mental em tempos de pandemia. *Interface*, Botucatu, v. 27, e220136, 2023.
- VINADÉ, Thaiany Farias; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Possibilidades militantes na liquidez contemporânea. *Revista Psicologia Política*, Florianópolis, v. 14, n. 7, p. 1-20, 2007.

Sobre as autoras e o autor

Luíza Guimarães Vasconcelos

Graduanda em Psicologia, Universidade de Brasília.

Contribuição de coautoria: pesquisa bibliográfica, registro de dados, organização de dados, análise de dados, revisão, redação.

Marina Thuane Melo da Silva

Mestra em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília (UnB).
Graduada em Psicologia pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB). Especialista em Saúde Mental do Adulto pela Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS). Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB).

Contribuição de coautoria: pesquisa bibliográfica, registro de dados, organização de dados, análise de dados, redação.

Pedro Henrique Antunes da Costa

Professor; Doutor em Psicologia (UFJF). Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre e Doutor também em Psicologia pela UFJF. Professor do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB).

Contribuição de coautoria pesquisa bibliográfica, registro de dados, organização de dados, análise de dados, revisão, redação.

Agradecimentos

Esse artigo é parte de dissertação de mestrado sobre a mesma temática. Agradecemos também a Izabella Palhano e Gilceli Menezes pelas trocas e importantes contribuições, bem como ao grupo "Saúde Mental e Militância no DF", da UnB.